

O ESTATUTO ARGUMENTATIVO DAS NÃO COINCIDÊNCIAS DO DIZER

Mariza Angélica Paiva Brito
Carlos Eduardo Silva Pinheiro

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Introdução

Argumentar é humano. Compreender esta afirmação é admitir que as relações de interação sociocomunicativa, mediadas pela utilização de gêneros discursivos, são orientadas pelo propósito imediato de agir sobre o outro por meio de estratégias diversas. Nos últimos anos, estes diferentes modos de agir através da palavra têm sido foco investigativo de eventos científicos nacionais e internacionais e de pesquisas e análises linguísticas, principalmente no campo da Linguística Textual (CABRAL, 2010; PINTO, 2010; FONSECA, 2011; CAVALCANTE, 2016; BRITO, 2016; KOCH; ELIAS, 2016; MARQUESI et al., 2017), para citar alguns estudos recentes nessa área de pesquisa).

Os diversos mecanismos responsáveis por instaurar o fazer persuasivo no texto demonstram que a prática argumentativa pode ser compreendida pelas relações de interação que o sujeito estabelece nas comunidades discursivas das quais participa.

Assim, o fato de que em algum momento somos solicitados a assumir um ponto de vista - seja por afirmações constatativas cientificamente comprovadas e globalmente aceitas, como *A Terra gira em torno do sol*, ou *O Brasil é um país da América do Sul*, seja pela proposição de uma ideia sujeita a questionamentos, como *O impeachment da presidente brasileira Dilma Rousseff foi, na verdade, um golpe político* - revela que agir sobre o outro é uma competência humana. Em outras palavras, toda enunciação parte de uma intencionalidade que, por mais “inocente” que seja, causa uma consequência imediata no interlocutor.

Estudar a argumentação tem, então, uma finalidade prática, porque seus achados fornecem elementos para o estudo do texto em sua dimen-

são mais ampla, qual seja, o uso cotidiano da linguagem nas mais variadas situações sociais. Por outro lado, recorreremos a estratégias textuais para tornar o dizer mais persuasivo. O estudo dessas estratégias textuais pode colaborar bastante para os estudos em argumentação, daí a importância da Linguística Textual para esse veio investigativo.

Este estudo traz para o escopo da Linguística Textual uma reflexão sobre algumas finalidades discursivo-retóricas das marcas de não coincidências do dizer em artigos de popularização da ciência da revista *Nova Escola*¹.

1. Heterogeneidades Enunciativas e a presença do O/outro no discurso

Para Authier-Revuz (1990; 1998; 2004), a língua é afetada por uma heterogeneidade que lhe é constitutiva que pode se revelar na linearidade do cotexto sob diferentes formas de marcação. A autora (1990) classifica estas formas de “heterogeneidade mostrada” em dois grupos, a saber, a heterogeneidade mostrada *marcada* e a heterogeneidade mostrada *não marcada*. A autora considera como “marca” apenas o apontamento gráfico da heterogeneidade (as aspas, negrito, itálico, discurso reportado etc.). Por outro lado, as estruturas consideradas como *não marcadas* são as ocorrências de lapsos na linguagem.

Em seu estudo, a autora propõe dois modos pelos quais o não-um se apresenta no texto: a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada. A primeira seria o princípio inerente à existência do sujeito e que fundamenta a própria natureza da linguagem; a segunda, linguisticamente descritível, testifica as negociações do sujeito com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso.

Brito (2010) propõe uma revisão conceitual dessa classificação e afirma que, ao considerar os lapsos de linguagem como não marcados, Authier-Revuz limita a presença da voz do outro apenas às marcas de representações formais que o locutor faz advirem conscientemente.

Desse modo, ocorrências de lapsos como os dos exemplos abaixo seriam formas não marcadas da alteridade no texto:

¹ Os exemplos retirados de textos da revista *Nova Escola* encontram-se disponível no endereço eletrônico: <http://revistaescola.abril.com.br>

(1) “As análises realizadas com base no *esgoto* dessa pesquisa [...]”
 (Uma abordagem retórico-argumentativa para as não coincidências do dizer (FONSECA, 2007, p. 150).

(2) “Vou mudar o rumo desta *prova*.” (PAPO... 2015).

Nos dois casos, há um afastamento do sujeito em relação ao seu próprio dizer, fato que marca a presença de um o/Outro, de uma outra voz, mesmo que não trazida conscientemente pelo sujeito². Por isso, Brito (2010) defende que os lapsos também são formas de marcação da heterogeneidade, embora não assinalados graficamente.

De modo geral, o estudo de Authier-Revuz fundamenta-se em dois exteriores teóricos: a proposição bakhtiniana de que a interação com o discurso outro é lei constitutiva de qualquer discurso e a noção lacaniana de sujeito cindido, isto é, estruturalmente clivado pelo inconsciente. A autora justifica a convocação destes exteriores argumentando que ambos “destituem o sujeito do domínio de seu dizer” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 17).

Brito (2010) ressalta que Authier-Revuz, ao convocar a psicanálise freudo-lacaniana para a base epistemológica de um estudo da linguagem, considerando o inconsciente como parte integrante da cadeia enunciativa e assumindo a ideia de que o sujeito é clivado, dividido, proporciona uma “revolução” nos estudos linguísticos.

As não coincidências do dizer se caracterizam por uma propriedade de reflexividade metaenunciativa. Elas realizam um movimento de lacada reflexiva no fio do cotexto que torna o enunciado o próprio objeto da enunciação. Para Authier-Revuz, essa reflexividade surge a partir de um processo ainda mais complexo: o da modalização autonímica.

Como formas metaenunciativas e suprassegmentais da modalização autonímica, as não coincidências do dizer refletem acerca do estatuto do próprio enunciado, comentando-o pela especificação de um outro registro textual, de uma outra modalidade de consideração do sentido, de uma outra palavra, de um outro interlocutor etc.

² Segundo a teoria psicanalítica, o sujeito é, por definição, dividido entre a representação que faz de si mesmo ao se assumir como um ‘eu’ que fala, já que só é sujeito quando fala, e o Outro que lhe é constitutivo, entendido como as vozes do inconsciente que afloram na superfície do texto.

Vale, então, a metáfora de que a palavra modalizada por uma não coincidência do dizer é “uma pedra no meio do caminho” dos sentidos do texto. A marca de não coincidência equivale a uma barreira que precisa ser ultrapassada tanto por quem enuncia quanto por quem interpreta, para que a coerência textual seja, efetivamente, instaurada. É nesse momento que se dá o movimento de laçada reflexiva.

Authier-Revuz (1998) classifica as não coincidências do dizer em quatro categorias, cada uma podendo cumprir funções discursivas específicas. São elas:

1. Não coincidência interlocutiva (entre os participantes da enunciação): estas marcas apontam o distanciamento entre locutor e interlocutor. São estruturas que assinalam que os coenunciadores não compartilham, imediatamente ou de modo algum, um mesmo sentido de um enunciado. Por exemplo, “digamos X”; “X, compreenda...”; “X, se você preferir”; “X, se você vê o que quero dizer”; “X, como ousa dizer” etc.

2. Não coincidências do discurso consigo mesmo (do enunciado consigo mesmo): assinalam a presença de enunciados pertencentes a outros discursos. Por exemplo, “X, como diz Y”; “Para retomar as palavras de X”; “X, no sentido em que Y emprega” etc.

3. Não coincidências entre as palavras e as coisas: evidenciam o desejo do enunciador de fazer uso da “palavra certa”, plenamente adequada àquilo que deseja nomear. Estas formas revelam que não existe uma correspondência exata entre o dito e o que se quis dizer, mas que o enunciador tentou superar esta falha buscando uma expressão mais ou menos adequada. Por exemplo, “ousou dizer X”; “X, por assim dizer”; “X, maneira de dizer”; “X, eu falho dizendo Z”; “X, propriamente dito” etc.

4. Não coincidência das palavras consigo mesmas: apontam para a necessidade de se compreender um sentido específico para determinada palavra indicando na superfície do texto o caráter de polissemia, homonímia, trocadilho etc. deste termo. Por exemplo, “X, em todos os sentidos do termo”; “X, em sentido próprio, figurado”; “X, não no sentido Y”; “X, nos dois sentidos” etc.

Authier-Revuz (1982) considera que, além de desempenharem estratégias comunicacionais como a precaução, a diferenciação e a especificação do sentido, as formas de representação dos fatos de não

coincidência manifestam de modo não intencional a negociação obrigatória de todo enunciador com a heterogeneidade que lhe é constitutiva e que atravessa o seu dizer.

Sobre esse processo de negociação, Brito (2010) esclarece:

[...] essa negociação assume a forma de uma denegação, na qual, segundo Settineri (1997), a emergência pontual do não-um é mostrada e ao mesmo tempo obturada, isto é, o sujeito movido pela ilusão, necessária, de ser o centro de sua enunciação, e ao mesmo tempo impossibilitado de escapar da heterogeneidade que o constitui, abre, em seu discurso, o espaço para o não-um, por um processo que procura mostrar como homogêneo o que é heterogêneo em sua essência (BRITO, 2010, p. 36).

Dessa forma, o aparecimento de uma não coincidência do dizer na linearidade da superfície textual atua como uma máscara de vidro porque revela mais do que esconde. Esta negociação do sujeito com as imperfeições da linguagem evidencia a tentativa de disfarçar com ataduras a ferida exposta – a heterogeneidade constitutiva –, sem eliminá-la do caminho enunciativo.

Visando melhor compreender a classificação de Authier-Revuz (1998) para as não coincidências do dizer, propomos, para efeito de análise argumentativa, um enxugamento de sua proposta reagrupando os quatro tipos em dois grandes blocos. O primeiro abarcaria as duas primeiras não coincidências: as interlocutivas e as interdiscursivas, tendo em vista que elas estão no mesmo campo relacional, ou seja, são, em seu âmago, da ordem do apelo dialógico. Authier-Revuz afirma que estes dois desvios (das duas primeiras não coincidências) estão inscritos respectivamente na relação com o outro interlocutor e com outro discurso, por isso são examináveis a partir do quadro do dialogismo bakhtiniano. O mesmo não ocorre com as duas outras não coincidências, que concernem ao “real” da língua - como forma e como espaço de equívoco, em que escapam os desejos do inconsciente.

Chamamos este primeiro bloco (das não coincidências interlocutivas e interdiscursivas) de *não coincidência entre os discursos*. A palavra *discurso* é tomada aqui no sentido benvenistianiano, de uso. Neste caso, *discurso* remete tanto a outro como interlocutor, quanto a um outro tipo discursivo. Para a análise de nosso exemplário, tomar as não coincidên-

cias em bloco, como propusemos, é mais produtora para a associação que tentamos estabelecer com funções argumentativas possíveis, sem perder de vista a essência da teoria revuziana.

Chamamos ao segundo bloco de *não coincidência entre as palavras e os referentes*. Este bloco diz respeito aos desvios da não coincidência entre as palavras e as coisas e da não coincidência das palavras consigo mesmas. Entendemos que, para nossos fins analíticos, as não coincidências entre as palavras e as coisas e entre as palavras e elas mesmas podem ser examinadas numa mesma categoria, por pertencerem a um mesmo plano de relação de significado e de referência. Propusemos a junção destas duas não coincidências, principalmente por acreditarmos que significado (entre as palavras e elas mesmas) e referência (entre as palavras e as coisas) são dois aspectos do signo que precisam ser analisados sempre juntos, numa perspectiva sociocognitivo-discursiva, pela qual se pauta a Linguística Textual.

Como dissemos, este trabalho objetiva refletir sobre o emprego de marcas de não coincidências do dizer como estratégias argumentativas. Para isso, seguimos Fonseca (2007) tanto na metodologia de coleta e análise dos dados quanto na relação sugerida entre as heterogeneidades enunciativas e as funções argumentativas.

Introduzimos este autor ao escopo teórico de nossa pesquisa devido ao seu pioneirismo na investigação do estatuto retórico-argumentativo das não coincidências do dizer. Fonseca (2007) analisa as ocorrências de não coincidências do dizer em trinta artigos acadêmicos e trinta artigos de opinião, gêneros discursivos cuja sequência textual dominante é a argumentativa.

A primeira parte do estudo de Fonseca consistiu na identificação das estruturas de não coincidências do dizer no *corpus* selecionado. No total, foram localizados 143 eventos nos artigos acadêmicos e apenas 23 passagens nos artigos de opinião, diferença numérica explicada como uma consequência do domínio discursivo no qual estes textos circulam. Esses resultados apontaram para uma tendência maior de uso de estruturas de reflexividade metaenunciativa em artigos acadêmicos:

[...] os artigos de opinião, diferentemente dos artigos acadêmicos, não são tão propícios ao uso de expressões de não coincidências do dizer. Uma explicação possível pode ser a do domínio discursivo onde estes tipos de textos são veiculados: enquanto os artigos acadêmicos pertencem a um domínio onde há uma indefinição muito grande nos termos utilizados, portanto geradores de hesitação quanto à aplicação de um ou outro termo para definir um conceito, por exemplo, o artigo de opinião, por definição, deve exprimir uma argumentação em favor ou contra uma determinada tese, o que, em tese, obrigaria o seu autor a evitar expressões que possam denotar hesitação ou “medo” de enunciar seus argumentos e, conseqüentemente, conseguir a adesão à tese proposta. Nesse tipo de gênero o autor precisa, necessariamente, estar seguro de seu dizer para que o outro atenda e adira às suas proposições (FONSECA, 2007, p. 146).

Uma vez localizados estes eventos discursivos, Fonseca (2007) verificou se estas expressões faziam ou não parte de um argumento e, em caso afirmativo, de que tipo de argumento. Depois disso, o estudioso procurou determinar qual a função argumentativa que cada expressão de não coincidência cumpria nos argumentos.

Com base em sua análise, Fonseca (2007) constatou que as não coincidências cumprem diversas funções discursivas ao mesmo tempo. Entre estas funções, destacamos: i) mostram que tipo de sujeito é o que enuncia; ii) revelam as intenções pragmáticas desse sujeito que quer convencer ou manipular; iii) revelam o nível de comprometimento do sujeito com aquilo que enuncia; iv) estabelecem acordos (no sentido da Retórica) para conduzir o discurso; v) mostram os processos inconscientes de análise do sistema linguístico dos quais o sujeito faz uso.

Desse modo, partimos das considerações já realizadas por Fonseca (2007) para dar início à nossa investigação sobre as estratégias argumentativas elaboradas com o uso de marcas de heterogeneidade mostrada, especificamente de não coincidências do dizer.

2. Popularização da ciência: abordagens teóricas

Nosso trabalho assume como objeto de análise dez artigos de popularização da ciência publicados pela revista *Nova Escola* no ano de

2014. Todos os textos escolhidos pertencem à seção “Artigo” do periódico e são elaborados por pesquisadores que, grosso modo, refletem acerca de questões relacionadas ao ensino, tais como as possibilidades da introdução das tecnologias da informação e da comunicação ao processo formal de ensino-aprendizagem, os desafios da educação inclusiva, as novas tendências metodológicas na pedagogia do esporte, etc.

Para Authier-Revuz (1998) o discurso de divulgação científica³ resulta da transformação de um discurso-fonte, caracterizado pela rigidez formal, pela terminologia técnica e pela metodologia científica, em um discurso segundo, que direciona o conhecimento produzido nas universidades e nos laboratórios para o grande público.

Para a linguista, a principal característica da Divulgação Científica (DC) é a autorrepresentação da heterogeneidade, visto que estes textos revelam os “bastidores da exploração” do discurso-fonte, mostrando-os sistematicamente através de estratégias diversas.

A título de exemplo de como esse descortinamento típico dos textos de popularização da ciência ocorre, trazemos o seguinte trecho retirado de um dos artigos analisados em nossa pesquisa:

(3) Este trabalho retoma um texto publicado e disponível na internet⁴ e traz novos exemplos e reflexões, centrados na leitura e na escrita nos meios de comunicação na prática de cultura letrada e cidadã. Ele não pretende dar um panorama completo dos saberes atuais sobre as práticas com computadores. Para isso, recorra ao artigo de Delia Lerner *A Incorporação das TIC à Aula* (2012, p. 23-88) (ZUAZO; CASTEDO, 2013, p. 71, grifos nossos).

Como podemos observar a partir dos grifos, o texto se realiza em torno de movimentos metaenunciativos que constroem o discurso de popularização da ciência como produto de outros discursos. O enunciador inicia a reflexão afirmando que seu texto retoma um texto anterior. A dialogicidade entre os dois textos é evidente, assim como a

³ Este trabalho assume, seguindo Becker (2013), a escolha do termo “popularização da ciência” por rejeitarmos a avaliação pejorativa subjacente à expressão “divulgação da ciência”, *vulgarisation scientifique* em francês. Se utilizamos este último termo em algum momento é só para retomar a terminologia utilizada por Authier-Revuz (1998) e Barbosa (2008).

⁴ CASTEDO, M.; ZUAZO, N. Culturas escritas y escuela: viejas y nuevas diversidades. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 56, v. 4. Disponível em: www.rieoei.org/deloslectores/4843Castedo.pdf.

marcação da heterogeneidade enunciativa, pela revelação, em nota de rodapé, do texto-fonte que deu origem a essa nova produção.

Outro movimento metaenunciativo é o autorreconhecimento dos limites de exploração de conteúdo deste texto. Ao assumir, categoricamente, que não se pretende abordar os saberes atuais sobre as práticas de ensino com computadores, o enunciado reflete sobre si mesmo, esclarecendo eventuais dúvidas do interlocutor. Ao reconhecer estes limites, o autor ainda reproduz um outro discurso, assumindo que os interesses do interlocutor por assuntos não tratados em seu texto podem ser encontrados na literatura científica da área, mais precisamente em um artigo científico.

Barbosa (2008) parte desta noção de DC (discurso científico) como prática discursiva carregada de marcas de heterogeneidade e investiga as formas de marcação desta propriedade em textos do mesmo gênero nos periódicos *Nova Escola* e *Revista do Professor*. Em sua análise, a pesquisadora observa as diferentes formas de marcar a heterogeneidade mostrada a partir do produtor do texto (pesquisador, jornalista, professor etc.) e do interlocutor/leitor (pesquisador, público não especializado etc.).

As análises da pesquisadora revelaram que os discursos de divulgação científica das duas revistas examinadas eram construídos de modos diferentes, visto serem determinados por fatores como o lugar social do produtor do texto (pesquisador, jornalista, professor etc.), do interlocutor (pesquisador, jornalista, público não especializado etc.) e pela imagem do interlocutor que o locutor constrói (como mais ou menos especializado).

Desse modo, admitimos a existência de um *continuum* de discursos que tematizam a ciência (JACOBI, 1999, 1990, 1988, 1985 e 1984 apud BECKER, 2013) orientado pela relação entre produtor e receptor dos textos e que se constitui pelos discursos científicos primários (produções de pesquisadores a outros especialistas), pelos discursos didáticos (como os manuais de ensino científico) e pelo discurso de educação científica informal, de circulação mais ampla, dentro do qual se encontram os textos de popularização da ciência.

Partindo do pressuposto de que as heterogeneidades enunciativas podem ser analisadas do ponto de vista discursivo-retórico, apresenta-

mos no item seguinte as abordagens teóricas para o fenômeno da argumentação que serão utilizadas na nossa análise.

3. Abordagens teóricas para o estudo argumentativo do texto e do discurso

Nossas opções teóricas no âmbito da argumentação se concentram na proposta de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), segundo os quais a argumentação é um princípio constitutivo de qualquer discurso, já que todo texto tem como fundamento último influenciar, em alguma medida, seus potenciais leitores; nas reflexões de Fiorin (2015) sobre a Teoria da Argumentação no Discurso; e nas funções discursivas sugeridas por Charaudeau & Maingueneau (2008).

A abordagem discursiva da argumentação, proposta por Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), fundamenta-se na concepção sociointeracional da linguagem, compreendida pela interação entre interlocutores no processo de textualização. Os autores entendem a argumentação como o empreendimento enunciativo que busca convencer o outro a aceitar a tese proposta valendo-se de estratégias diversas.

Visto, então, como uma prática social inerentemente humana e que emerge das situações de comunicação, o ato argumentativo leva o locutor a estabelecer um “contato intelectual” com o seu auditório visando à adesão de determinada tese. Este contato é, por definição, a adaptação (no sentido retórico-argumentativo) linguística e discursiva do locutor em relação às dimensões socioculturais do(s) interlocutore(s).

Podemos afirmar que o uso de formas de heterogeneidades enunciativas colabora para essa adaptação. Por meio dessas formas metadiscursivas, o locutor pode, a qualquer momento, interromper o seu dizer para comentá-lo, adaptando-o ao auditório. Com isso, podem desempenhar um importante papel na construção argumentativa do texto, pois assinalam a heterogeneidade de vozes e adaptam o enunciado, de diferentes modos, ao interlocutor pela negociação dos sentidos. Cria-se, desse modo, um jogo de esconde e revela, em que o sujeito põe o enunciado como objeto de sua própria enunciação. Essa inquietação frente ao próprio dizer se converte em uma tentativa de orientar a compreen-

são do interlocutor para determinado ponto de vista. A nosso ver, essa estratégia é persuasiva, mas também uma forma de preservação de faces. Ao proteger o seu dizer a partir de determinado ponto de vista, o enunciador se defende de possíveis interpretações constrangedoras.

Em uma outra perspectiva teórica, inscrita em análises de discurso, Charaudeau & Maingueneau (2008) se utilizam das formas metadiscursivas das não coincidências do dizer para explicar as funções discursivas que tais marcas ajudam a realizar. Para os autores, estas marcas apontam para a tentativa do enunciador de conseguir a aprovação do coenunciador, podendo também recair sobre a fala deste para confirmá-la ou reformulá-la (“X, como ousa dizer” “se me permitem dizer”, “para dizer exatamente”, “quer dizer que...”). Para os autores, as não coincidências do dizer se prestam às seguintes funções discursivas:

Autocorrigir-se: “eu deveria ter dito”, “mais exatamente”;

Corrigir o outro: “você quer dizer, na realidade, que...”;

Marcar a inadequação de certas palavras: “se se pode dizer”, “por assim dizer”;

Eliminar antecipadamente um erro de interpretação: “no sentido exato”, “metaforicamente”, “em todos os sentidos da palavras”;

Desculpar-se: “desculpe-me a expressão”, “se eu posso me permitir”;

Reformular o propósito: “dito de outra forma”, “em outras palavras” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 326).

Apresentaremos, no item seguinte, os resultados encontrados na análise empírica dos nossos dados para testar nossa hipótese de que é possível atribuir uma interpretação argumentativa para as coincidências do dizer. A análise foi realizada nas seguintes etapas: primeiramente, localizamos os trechos nos quais identificamos não coincidências do dizer; uma vez localizadas essas ocorrências, verificamos se a expressão de não coincidência do dizer fazia ou não parte do argumento e, em caso afirmativo, de que tipo de argumento. A partir daí, examinamos a relação entre as não coincidências e as funções discursivas propostas por Charaudeau & Maingueneau (2008).

4. Estratégias persuasivas da reflexividade metaenunciativa

Apesar de Jacqueline Authier-Revuz não tratar da relação entre heterogeneidade e argumentação, pois isso não era o seu propósito, pensamos que esse caminho é frutífero. Assim procedendo, realizamos a leitura dos textos de popularização da ciência que formam o nosso *corpus* e localizamos a presença de marcas de não coincidências do dizer a fim de analisá-las de um ponto de vista retórico e discursivo.

O trecho a seguir pertence ao artigo *Três desafios para uma educação inclusiva*, de Lino Macedo. Nesse texto, o autor defende a tese de que a diferenciação entre “culto” e “cultura” é o primeiro desafio para uma educação ser inclusiva. Objetivando sustentar seu ponto de vista, o autor recorre à alteridade e toma como argumentos as definições dadas por dicionários para os dois termos. A partir dessas definições, o autor toma para si uma ideia de “cultura” e encerra seu posicionamento:

(4) Cultura, **em certo sentido**, todos temos, ou somos atravessados pelo modo como ela se expressa em nossa vida, ricos ou pobres, analfabetos ou alfabetizados. O oposto de cultura não é sem cultura, mas contracultura (MACEDO, 2014, grifo nosso)..

A não coincidência entre as palavras “em certo sentido” sugere, inicialmente, que a palavra modalizada, isto é, o termo “cultura” comporta uma heterogeneidade semântica que é reconhecida pelo enunciador, uma alteridade marcada pelo indefinido “certa”. Por meio dessa marca de não coincidência do dizer, o locutor introduz, por um mecanismo intertextual de paráfrase, as definições dadas pelos dicionários ao termo *cultura*. Com esse contraponto ao ponto de vista discursivo do outro, o locutor faz sobressair o seu próprio ponto de vista. Todos os que vivem em sociedade são atravessados por um conjunto de práticas das mais variadas que se constituem como padrões de comportamento, atitudes e valores. Este ponto de vista fica ainda mais claro quando o locutor afirma, em outro ponto do texto e sem a hesitação de uma pausa reflexiva, que “Cultura todos temos, cultos nem todos somos”.

Neste caso, a não coincidência do dizer trouxe a voz de um outro que diz que “cultura” não é exatamente aquela cultura de valores intelectuais, de padrões sociais ligados a arte e beleza. A cultura só é cultura em parte, “em certo sentido”. Dessa forma, o locutor conduz o leitor a

seu ponto de vista, ou seja, o de que todos têm cultura, sejam ricos ou pobres, não existe ninguém sem cultura e prega a existência de uma contracultura. A não coincidência do dizer, “em certo sentido” foi usada como uma estratégia de “defesa”, uma tentativa de polidez, para respeitar o dizer do outro, mas, ao mesmo tempo, para fazer valer seu argumento.

O trecho destacado abaixo pertence ao artigo *Reescrever, editar e remixar na era digital: novos conteúdos?*, de Natalia Zuazo, cientista política argentina e jornalista, especialista em Novas Mídias, e de Mirta Castedo, especialista argentina em Didática da Leitura e da Escrita, pesquisadora da Universidade Nacional de La Plata. Em linhas gerais, o texto problematiza as práticas de ensino-aprendizagem de escrita contemporâneas e assume uma orientação identificada com a exploração da escrita virtual em sala de aula. O trecho a seguir trata de uma reflexão das autoras acerca do conceito de “texto”:

(5) Em grande parte, as instituições se definem por seus textos e pelo uso particular da linguagem que cada uma desenvolve. Por isso, os textos não têm sentido a não ser no contexto das práticas em que são produzidos e circulam. **Talvez a última afirmação possa soar exagerada** (ZUAZO; CASTEDO, 2013, p. 71, grifo nosso).

A marca de reflexão metaenunciativa, “talvez a última afirmação possa soar exagerada”, assinalada pelo termo metalinguístico *afirmação*, vem em defesa de um ponto de vista construído pelas locutoras, que antecipam uma reação dos interlocutores e se defendem disso ao comentarem “pode soar exagerado” afirmar que os textos só fazem sentido dentro de uma prática, em contextos específicos de usos. Os locutores, já antevendo isso, já se desculpam com seu interlocutor pelo eventual equívoco cometido e, com essa estratégia de preservação de face, ao mesmo tempo seduzem o interlocutor, tentando influenciá-lo com seu ponto de vista.

A última marca de não coincidência do dizer a ser analisada é um trecho do artigo *Contexto e contextualização nos processos de ensino e aprendizagem da matemática*, de Saddo Ag Almouloud, no qual o autor ressalta a importância de se apresentarem práticas de ensino de matemática desafiadoras, que tirem o aluno da sua zona de conforto e o façam construir conhecimentos na adversidade. Desse modo, o locutor

descontró o pensamento pedagógico contemporâneo, que prega a ideia de que as práticas de ensino-aprendizagem devem tomar como ponto de partida a realidade social dos alunos:

(6) O educador não pode *vendre la mèche*, como dizem os franceses. Quer dizer, não deve entregar o ouro, o que não o impede de fornecer ideias que favoreçam o processo de aprendizagem da Matemática (ALMOULOU, 2014, grifo nosso).

Recorrer a uma outra língua para se fazer entender seus propósitos enunciativos foi a estratégia utilizada pelo locutor no trecho acima. Além disso, valeu-se da não coincidência interdiscursiva “como dizem os franceses”, para realizar um segundo movimento metaenunciativo com a introdução de uma expressão no modelo “Y, quer dizer, x”, que traduz um período em outro mais adequado aos interlocutores falantes da língua portuguesa.

Ressaltamos, assim, a decisão do locutor em realizar essas duas metaenunciações reflexivas quando ele poderia ter optado por não recorrer ao ditado francês, utilizando-se apenas da sua tradução adaptada para o português. A nosso ver, essas escolhas enunciativas são sempre intencionais e argumentativamente orientadas.

Na escolha de certas expressões, em detrimento de outras, o locutor vai construindo o seu viés argumentativo, em um jogo de esconde-revela. Ao mesmo tempo em que ele se distancia do seu dizer, no uso de expressões de não coincidência do dizer, ele se coloca em uma situação de conforto, uma vez que se protege de qualquer acusação ao atrair o interlocutor para a sua teia.

Como visto pelas análises empreendidas, o ato modalizador é persuasivo porque inscreve a subjetividade na linearidade da superfície textual e, desse modo, manifesta a condução argumentativa que o locutor tenciona dar ao texto.

Considerações finais

Nesta breve análise que empreendemos, observamos que, utilizando-se as marcas das não coincidência do dizer, o locutor vai imprimindo no enunciado a maneira como os usos devem ser interpretados,

negociando a orientação argumentativa que vai sendo construída no texto. A escolha das formas de significar e de manifestar referentes no jogo polifônico das não coincidências do dizer é fundamental para os acordos e desacordos que se estabelecem na construção colaborativa da argumentação no texto.

Constatamos pela análise do corpus que o que existe no trajeto entre a transparência e opacificação da palavra não é apenas um movimento de laçada reflexiva que complexifica o sentido – isto, a nosso ver, é apenas uma parte do percurso – mas, sim, um processo argumentativo, visto que as escolhas enunciativas intencionais dão ao locutor a ilusão de controle do dizer e orientam o interlocutor para determinado “caminho de interpretação”, no qual o locutor simultaneamente se afirma e se defende de interpretações outras. O que há nesse *continuum* limitado em seus extremos pela transparência da palavra de um lado e pela opacificação do sentido no outro é uma atividade argumentativa complexa, em que identificar e compreender a opacificação do dizer em seus diferentes modos de realização no texto é participar do jogo persuasivo.

Referências

- ALMOULOU, S. A. Contexto e contextualização nos processos de ensino e aprendizagem da Matemática. *Revista Nova Escola*, online, 01 mar. 2014.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Revisão técnica da tradução de Leci Barbisan e Valdir Flores. Edipucrs, 2004.
- _____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n.19, p. 25-42, 1990.
- _____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Tradução de Cláudia Pfeiffer et al. Revisão da tradução de Eni Orlandi. Campinas: Unicamp, 1998.
- BARBOSA, M. S. M. F. *As Heterogeneidades Discursivas em revistas de Divulgação Científica*. 2008. 278f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
- BECKER, J. P. L. *O indiciamento de graus de popularização da ciência pela referência e pelo discurso relatado*. 2013. 209f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2013.
- BRITO, M. A. P. *Marcas linguísticas da interpretação psicanalítica: heterogeneidades enunciativas e construção da referência*. 2010. 213f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

- _____. O uso argumentativo das não coincidências do dizer. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 14, p. 207-229, 2016.
- CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. As marcas de heterogeneidade como efeito argumentativo-retórico dos jogos alusivos. 2016. In: *XXVI Jornada do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste*, 2016, Recife.
- CABRAL, A.L.T. *A força das palavras: dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.
- FONSECA, C. M. V. *Uma abordagem retórico-argumentativa para as não coincidências do dizer*. 2007. 225f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza-CE, 2007.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.
- MACEDO, L. Três desafios para uma educação inclusiva. *Revista Nova Escola, online*, 01 out. 2014.
- PAPO de Segunda. Tema: Preconceito. Apresentador: Marcelo Tas. GNT, 05/10/2015.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da Argumentação*. A Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PINTO, R. B. W. S. *Como argumentar e persuadir*. Práticas política, jurídica e jornalística. Lisboa: Quid Juris, 2010.
- ZUAZO, N.; CASTEDO, M. Reescrever, editar e remixar na era digital: novos conteúdos? *Revista Nova Escola*, São Paulo, ano XVIII, n. 260, p. 71-74, mar. 2013.